

Governador do Estado defende fim do contrato da Enel em SP

Pedido de caducidade do contrato com a distribuidora de energia foi formalizado à Aneel nesta semana

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta quinta-feira (18) que a única solução para resolver os problemas recorrentes no fornecimento de energia no estado é o rompimento do contrato com a Enel, distribuidora responsável por 24 municípios, incluindo a capital. Em coletiva de imprensa, ele afirmou que a medida é necessária para proteger os consumidores e criticou a possibilidade de renovação do contrato em 2028, classificando-a como um “deboche” diante da população. “Só tem uma forma de proteger o cidadão de São Paulo: é varrer a Enel daqui. É impossível ficar pior”, declarou. Segundo ele, a caducidade do contrato interrompe qualquer discussão sobre prorrogação e é fundamental para garantir que o estado não permaneça refém da concessionária. O governador acrescentou que o processo será acompanhado de perto, e que

está pronto para recorrer à Justiça caso a regulação não avance de forma satisfatória.

Na terça-feira (16), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o governador e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), anunciaram formalmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o pedido de caducidade do contrato. A agência informou que utilizará um processo aberto em 2024 para acelerar a análise, incluindo diagnóstico das falhas e direito de defesa da concessionária. Em nota, a Enel disse estar disposta a investir na modernização da infraestrutura e defendeu a continuidade de suas operações no estado. Tarcísio ressaltou que a responsabilidade agora passa para o governo federal, que deve conduzir o processo de caducidade. “A partir do momento em que eles assumem que precisam realmente iniciar o processo, a bola está com eles”, afirmou. O



Tarcísio de Freitas durante apresentação do balanço anual de sua gestão

governador reforçou que o objetivo é garantir que o contrato não seja prorrogado, considerando que a concessão atual, segundo ele, trouxe prejuízos ao serviço e à população paulista.

O pedido formal à Aneel ocorre após um histórico de falhas e interrupções que afetam milhões de consumidores. O último episódio relevante aconteceu em 9 de dezembro, quando aproximadamente 2,2 milhões de clientes ficaram sem energia elétrica, e parte da população aguardou mais de cinco dias pelo restabelecimento completo do serviço. Ocorrências semelhantes foram registradas em 2023 e 2024, evidenciando a persistência de problemas.

Relatórios da Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo (Arsesp) apontam que desde 2019 os consumidores enfrentam falhas sucessivas na rede elétrica. A fiscalização identificou precarização da infraestrutura

ra, queda expressiva no número de funcionários — 51,55% nos últimos cinco anos — e insuficiência de investimentos, que impactam diretamente a qualidade do serviço. Além disso, sete dos 11 Planos de Resultados da Enel foram reprovados pela Aneel, indicando dificuldades em cumprir metas e melhorar a prestação de serviço. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo reforça que, apesar das multas aplicadas à distribuidora, que ultrapassam R\$ 400 milhões nos últimos sete anos, os serviços não apresentaram evolução significativa. Para o governo estadual, esses dados evidenciam a incapacidade da empresa em atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos pela legislação.

O prefeito Ricardo Nunes destacou que a prioridade é proteger os consumidores e agilizar o processo de caducidade. Ele classificou a reunião com o governo estadual e a União como

positiva, ressaltando a necessidade de atuação coordenada em situações adversas, como eventos climáticos extremos. O ministro Alexandre Silveira reforçou a importância de uma ação conjunta entre União, estado e município para pressionar a regulação e obter uma resposta célere da Aneel.

A expectativa das autoridades é que, com a caducidade, seja possível iniciar o processo de licitação para escolha de uma nova concessionária. Especialistas do setor apontam que a substituição da distribuidora pode representar um passo significativo para a reestruturação do setor elétrico paulista, com impactos positivos tanto na infraestrutura quanto na segurança e continuidade do fornecimento. Além do impacto imediato para os consumidores, a medida é vista como um alerta sobre a necessidade de maior fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços essenciais no estado de São Paulo.

Governo republica edital do Novo Centro Administrativo Campos Elíseos para leilão

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), republicou nesta quinta-feira (18) o edital da Parceria Público-Privada (PPP) do Novo Centro Administrativo Campos Elíseos. O leilão foi remarcado para 26 de fevereiro de 2026, às 10h, na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, com entrega dos envelopes prevista para 23 de fevereiro.

A atualização do cronograma atende a solicitações de empresas interessadas, que pediram prazo adicional para apresentação de garantias e finalização de documentações complementares. O governo afirma que a mudança busca garantir ampla participação, competitividade e segurança no certame.

O projeto prevê investimentos de R\$ 6 bilhões na construção de sete edifícios e dez torres, que con-

centrarão o gabinete do governador, secretarias e órgãos estaduais atualmente distribuídos em mais de 40 endereços. A nova estrutura atenderá cerca de 22 mil servidores e incluirá teatro, auditórios, salas multiuso e outros espaços, com foco na modernização da gestão pública, redução de custos e requalificação urbana do centro de São Paulo.

A iniciativa contempla ainda o restauro de 17 imóveis tombados, ampliação em mais de 40% das áreas verdes do Parque Princesa Isabel e 25 mil m² destinados a comércio e serviços. Um novo terminal de ônibus interligado à estação Luz do Metrô e CPTM também será construído para melhorar a mobilidade urbana. Os edifícios terão certificação internacional LEED Gold e soluções de eficiência energética e ambiental. A estimativa é de geração



de 38 mil empregos na fase de obras e 2,8 mil vagas formais no comércio e serviços locais.

A concessão será realizada por PPP com contrato de 30 anos. O critério de julgamento será o maior

desconto sobre a contraprestação pública mensal, fixada em R\$ 76,6 milhões. A empresa vencedora será responsável pela operação, manutenção, limpeza, segurança e conservação do complexo durante todo

o período da concessão. Durante a fase de licitação, o projeto contou com ampla participação pública: duas audiências em fevereiro de 2025 registraram mais de 80 manifestações, e uma consulta pública entre janeiro e março recebeu 268 contribuições.

O projeto arquitetônico foi selecionado por concurso nacional promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo (IAB), com a proposta vencedora do escritório Ópera Quatro Arquitetura.

O Novo Centro Administrativo integra o Programa de Parcerias de Investimentos de São Paulo (PPI-SP), que visa ampliar investimentos privados, gerar empregos e fomentar o desenvolvimento econômico, social, tecnológico e ambiental no estado de São Paulo.